REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

INTERNACIONALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO JURÍDICA E COOPERAÇÃO ACADÊMICA ENTRE BRASIL E PANAMÁ: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO I SEMINÁRIO INTERNACIONAL SINERGIA–USMA

INTERNATIONALIZATION OF LEGAL EDUCATION AND ACADEMIC COOPERATION BETWEEN BRAZIL AND PANAMA: AN EXPERIENCE REPORT ON THE FIRST SINERGIA–USMA INTERNATIONAL SEMINAR

Ciências Sociais Aplicadas • 04/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/793510292

Cirino Adolfo Cabral Neto[1]

RESUMO

Este artigo relata e analisa a organização e a realização do I Seminário Internacional Sinergia–USMA: Diálogos Jurídicos Brasil–Panamá, promovido virtualmente em 14 e 15 de outubro de 2026, no âmbito do projeto Direito sem Fronteiras e do Laboratório de Interconexão de Direitos Ecologizados. A experiência marcou o primeiro evento internacional organizado pelo autor e realizado pelo Curso de Direito da Faculdade Sinergia. O relato descritivo e reflexivo articula documentos institucionais, registros dos encontros, 132 formulários de avaliação e literatura sobre internacionalização e educação superior. A avaliação geral recebeu notas 4 ou 5 em 95,5% dos formulários, enquanto 91,7% atribuíram essas notas à contribuição percebida para os conhecimentos jurídicos e a perspectiva internacional. O interesse declarado em novas atividades alcançou 93,2%. Os comentários valorizaram o contato com outras experiências jurídicas e indicaram necessidades de apoio linguístico, materiais e maior tempo de debate. A análise evidencia uma recepção favorável e oportunidades de cooperação, sem equiparar satisfação à aprendizagem demonstrada. Conclui-se que a experiência oferece referências para iniciativas semelhantes, especialmente quanto à mediação, à escuta dos participantes e à construção de uma agenda recíproca entre as instituições.

Palavras-chave: formação jurídica; internacionalização da educação superior; cooperação acadêmica; extensão universitária; relato de experiência.

ABSTRACT

This article reports on and analyzes the organization and delivery of the First Sinergia–USMA International Seminar: Legal Dialogues between Brazil and Panama, held online on October 14 and 15, 2026, as part of the Direito sem Fronteiras project and the Laboratório de

Interconexão de Direitos Ecologizados. It was the first international event organized by the author and the first held by the Law Program at Faculdade Sinergia. This descriptive and reflective experience report draws on institutional documents, records of the sessions, 132 evaluation forms, and literature on internationalization and higher education. Overall evaluation scores were 4 or 5 in 95.5% of the forms, while the perceived contribution to legal knowledge and an international perspective received these scores in 91.7%. Interest in future activities was expressed in 93.2% of the forms. Comments highlighted the value of exposure to other legal perspectives and the need for language support, materials, and more time for discussion. The analysis indicates a favorable reception and opportunities for cooperation, without equating satisfaction with demonstrated learning. The experience offers guidance for similar initiatives, particularly regarding facilitation, listening to participants, and developing a reciprocal agenda between the institutions.
Keywords: legal education; internationalization of higher education; academic cooperation; university extension; experience report.

1. INTRODUÇÃO

A organização do I Seminário Internacional Sinergia–USMA: Diálogos Jurídicos Brasil–Panamá significou transformar uma possibilidade de cooperação acadêmica em dois encontros dedicados à formação jurídica. Realizado em 14 e 15 de outubro de 2026, pela Faculdade Sinergia Sistema de Ensino em parceria com a Universidad Católica Santa María La Antigua (USMA), o evento reuniu exposições de quatro professores da USMA, perguntas dos participantes e interlocução em português e espanhol. A iniciativa integrou o projeto de extensão Direito sem Fronteiras, vinculado ao LIDE - Laboratório de Interconexão de Direitos Ecologizados, e constituiu a

primeira experiência do autor na organização de um evento internacional (Cabral Neto, 2026b, 2026c).

O caráter inaugural também alcançou o Curso de Direito da Faculdade Sinergia, que realizou seu primeiro evento internacional. Esse dado situa a relevância local da experiência: uma parceria passou a ser vivenciada por estudantes e professores em uma atividade acadêmica concreta. Para o curso, a realização abriu uma oportunidade de contato direto com docentes de outra instituição e com questões jurídicas apresentadas a partir do Panamá. Para a atuação docente do organizador, a experiência ofereceu elementos para refletir sobre a escolha dos temas, a condução das perguntas e as condições de participação em um ambiente compartilhado por comunidades de diferentes idiomas.

A internacionalização em casa oferece uma referência para compreender iniciativas dessa natureza. Beelen e Jones (2015, p. 64, 69) associam o conceito à integração intencional de dimensões internacionais e interculturais aos contextos locais de aprendizagem, incluindo possibilidades como a participação de professores convidados de instituições parceiras. Essa perspectiva permite examinar o seminário como uma oportunidade inicial de internacionalização da formação, acessível sem deslocamento entre os países. Sua contribuição deve ser apreciada no âmbito efetivamente realizado: dois encontros virtuais, com exposições, debate e avaliação, que podem alimentar ações posteriores do curso e da parceria.

Na formação jurídica, o encontro com outra realidade institucional pode suscitar perguntas sobre conceitos já conhecidos e sobre os modos de enfrentar problemas comuns. Uma exposição sobre

investimentos, por exemplo, permite discutir relações entre empresa, Estado e proteção de interesses; um debate sobre inteligência artificial aproxima propriedade intelectual, produção acadêmica e responsabilidade profissional. O interesse formativo dessas situações está na possibilidade de relacionar conhecimentos e formular questões. No seminário, tais aproximações apareceram nos temas apresentados, nas perguntas dirigidas aos professores e nos comentários da avaliação, que serão examinados ao longo do relato.

A recepção da iniciativa foi expressiva. As capturas da sala virtual documentaram 253 participantes em um momento do primeiro dia e 213 em um momento do segundo. Na avaliação, as notas 4 e 5 concentraram a ampla maioria das respostas sobre a experiência geral. Esses resultados justificam registrar a realização e investigar o que ela oferece como aprendizado organizacional e pedagógico. Ao mesmo tempo, a escuta dos participantes acrescenta nuances ao êxito: houve valorização do contato internacional e também solicitações de apoio à compreensão, ampliação do debate e acesso aos materiais (Cabral Neto, 2026a, 2026c).

A pergunta que orienta o artigo é: que aprendizagens sobre cooperação acadêmica internacional e formação jurídica emergem da organização e realização do I Seminário Internacional Sinergia–USMA, considerando a experiência do organizador, os registros do evento e as avaliações dos participantes? O objetivo é relatar e analisar essa experiência, identificando contribuições, condições de participação e possibilidades de continuidade. O texto articula a reconstrução dos encontros à discussão dos resultados, preservando a perspectiva de quem os organizou. Sua contribuição consiste em oferecer referências situadas para o planejamento de outras

iniciativas, a partir das escolhas, dos retornos e das possibilidades reconhecidas nesta primeira edição.

2. CONTEXTO E PERCURSO DE ELABORAÇÃO DO RELATO

A proposta institucional previu um seminário virtual e síncrono pelo Google Meet, distribuído em duas noites, com programação de quatro horas. Os horários previstos eram das 19h às 21h em Brasília e das 17h às 19h no Panamá. O público prioritário compreendia estudantes e professores das duas instituições, com previsão de participação de egressos, profissionais e demais interessados. O projeto estabeleceu exposições de docentes da USMA, interlocução em português e espanhol, moderação pelo organizador e espaço para perguntas. Também previu inscrição, controle de frequência, certificação e avaliação da atividade (Cabral Neto, 2026b).

O relato adota uma orientação descritiva e reflexiva. Mussi, Flores e Almeida (2021, p. 65–66) discutem a elaboração do relato de experiência como produção de conhecimento que articula contextualização, procedimentos, resultados e reflexão sobre dificuldades e potencialidades. Essa referência orienta a passagem do registro institucional para a análise acadêmica. O propósito é compreender o que a realização permite aprender sobre a organização de uma atividade internacional e explicitar como essa interpretação se sustenta nos documentos e nas manifestações recebidas.

O relato parte da experiência de seu autor como organizador e moderador do seminário. As reflexões apresentadas decorrem da retomada da experiência e de seus registros durante a elaboração do artigo; não constituem um diário produzido ao longo dos

encontros. Daltro e Faria (2019, p. 234–235) reconhecem a participação do sujeito e o diálogo com o conhecimento teórico na construção da narrativa de experiência. Essa perspectiva favorece a análise da atuação do organizador e o reconhecimento do caráter coletivo da realização. A participação do autor no evento integra a perspectiva a partir da qual foram formuladas as perguntas e interpretados os registros.

A base documental compreendeu o projeto submetido à Coordenação do Curso de Direito, o relatório final revisado, a programação divulgada, capturas da sala virtual, registros de inscrição e presença, anotações automáticas dos dois encontros e arquivos da avaliação. O projeto foi utilizado para identificar objetivos e previsões; o relatório e os registros do evento, para reconstituir sua realização. As anotações geradas pelo Gemini serviram como apoio temático, confrontado com o relatório revisado. Elas não foram tratadas como transcrição literal das falas dos professores. A análise se concentra na experiência formativa, sem realizar verificação jurídica das teses apresentadas nas palestras.

As avaliações foram examinadas a partir da planilha integral, com 132 registros enviados entre 15 e 22 de outubro de 2026, e da síntese em PDF. Nas questões fechadas, foram calculadas frequências e proporções, com denominador de 132 respostas e arredondamento para uma casa decimal. Os itens numéricos apresentavam valores de 1 a 5. Nos itens categóricos, foram preservadas as alternativas registradas na base. Os percentuais expressam a distribuição dos formulários recebidos; o material não permite demonstrar que cada envio corresponde a uma pessoa distinta nem calcular uma taxa de resposta para o conjunto da audiência.

Os dois campos abertos foram lidos integralmente e organizados por aproximação descritiva de conteúdos. O primeiro, sobre aspectos positivos e melhorias, continha 127 respostas interpretáveis, quatro registros apenas de pontuação e um sem sentido identificável no contexto. O campo de sugestões teve 66 preenchimentos, dos quais 56 indicavam temas, um solicitava conhecer a trajetória dos expositores e nove não apresentavam sugestão substantiva. As categorias foram construídas a partir dessa leitura e permitiram identificar manifestações sobre conhecimento, perspectivas jurídicas, interação, compreensão linguística e condições de participação. Uma resposta podia reunir mais de um assunto. Os excertos selecionados ilustram essas manifestações, sem pretensão de representar a frequência de opiniões na audiência total.

Na concepção inicial, a finalidade do evento era acadêmica e extensionista. A intenção de elaborar um artigo passou a integrar a preparação da avaliação, sem que o projeto inicial tivesse sido estruturado como desenho de pesquisa. Durante o seminário, foi comunicado que as respostas ao questionário seriam utilizadas na elaboração de um artigo científico.

Para a apresentação dos resultados, foram utilizados dados agregados e códigos de registro, sem associação às listas nominais de inscrição ou presença. Os códigos A013, A076 e semelhantes identificam formulários na sequência da base. Os horários individuais de envio não foram reproduzidos, e não se estabeleceu correspondência entre as respostas e as pessoas visíveis nas capturas da sala virtual. A Figura 1 reúne registros do ambiente de realização e das contagens de participantes nos momentos documentados.

3. A EXPERIÊNCIA E OS APRENDIZADOS DA COOPERAÇÃO

3.1. Da Proposta Institucional aos Dois Encontros

Na preparação do seminário, o objetivo do organizador era oferecer aos estudantes uma oportunidade de interlocução com professores de outro país e dar expressão acadêmica à parceria entre Sinergia e USMA. A proposta reuniu áreas distintas, mas próximas de situações profissionais reconhecíveis: formalização de negócios, contratação administrativa, propriedade intelectual e relações no serviço público.

Essa diversidade permitiu construir uma programação com conexões entre conhecimentos da graduação e problemas apresentados pelos convidados. O projeto registra essa intenção de aproximação, enquanto o relatório final documenta os temas e a dinâmica que efetivamente compuseram os encontros (Cabral Neto, 2026b, 2026c).

A abertura do primeiro dia contou com o diretor-geral da Faculdade Sinergia, Prof. Fábio Matos. Na sequência, a Profa. Daisy Chacón apresentou *"¿Cómo formalizar tu inversión o negocio en Panamá?*". A exposição abordou a formalização de negócios e investimentos e a atuação do agente residente. As perguntas sobre contratação de estrangeiros, estrutura societária e proteção de credores aproximaram o assunto de decisões concretas da atividade empresarial. Na moderação, o organizador conduziu a interlocução entre as questões apresentadas e a exposição, procurando preservar a compreensão do contexto em que os temas eram discutidos.

O Prof. Alejandro Arze deu continuidade à programação com "*El Contrato Administrativo como Punto de Encuentro entre el Sector Público y Empresarial*". A apresentação envolveu planejamento,

contratação pública, plataformas eletrônicas e execução contratual. As perguntas alcançaram a participação de pequenas empresas e fornecedores locais, além do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. O encadeamento das duas exposições ofereceu uma aproximação produtiva entre a organização da atividade econômica e suas relações com a Administração Pública. Temas que podem aparecer separados na estrutura curricular foram colocados em contato pela própria sequência do encontro.

No segundo dia, o Prof. Augusto Ho apresentou "*Retos de la Propiedad Intelectual ante la IA*". A discussão reuniu autoria, proteção de conteúdos, uso de dados e questões éticas relativas à inteligência artificial. Uma demonstração de geração de imagem tornou mais concreto o problema da produção de conteúdos com essas ferramentas. As perguntas estenderam o debate às avaliações acadêmicas e à formação dos estudantes. Sob a perspectiva da reflexão docente, esse episódio apresenta especial interesse: uma questão jurídica contemporânea alcançou as formas de produção, exame e atribuição de valor ao trabalho acadêmico, aproximando o conteúdo da palestra do cotidiano educacional.

A exposição do Prof. Gilberto Adames, "*Casos de destitución de servidores públicos que alegan acoso laboral*", tratou de relações no serviço público, procedimentos disciplinares, assédio laboral e garantias de defesa. A interlocução incluiu prevenção, canais de denúncia e condutas nas redes sociais. O debate reuniu dimensões institucionais e pessoais do exercício do Direito: investigar fatos, fundamentar decisões e considerar a dignidade das pessoas envolvidas (Cabral Neto, 2026c).

A reconstrução dos dois encontros permite reconhecer nas perguntas um elemento central da proposta. Elas aproximaram as exposições dos interesses da audiência e introduziram problemas que ampliaram o alcance dos temas. A programação ofereceu um ponto de partida; a interlocução ajudou a definir quais aspectos mereciam esclarecimento ou aprofundamento. Esse movimento é particularmente relevante para um primeiro encontro internacional, no qual os participantes precisam reconhecer referências compartilhadas e compreender o vocabulário utilizado. A função da moderação envolveu acompanhar essa passagem entre a exposição especializada e as questões que surgiam no diálogo.

O formato realizado foi o de seminário internacional com palestras e debate. A distinção importa para situá-lo na literatura: Hackett *et al.* (2024, p. 1084–1087) caracterizam o Collaborative Online International Learning (COIL) por elementos como planejamento conjunto entre docentes e atividades colaborativas de aprendizagem. Na documentação desta edição, não há tarefas em grupos internacionais ou produção acadêmica conjunta dos estudantes. O diálogo com estudos de intercâmbio virtual serve, portanto, para interpretar possibilidades e orientar desenvolvimentos futuros, preservando as características da atividade efetivamente realizada.

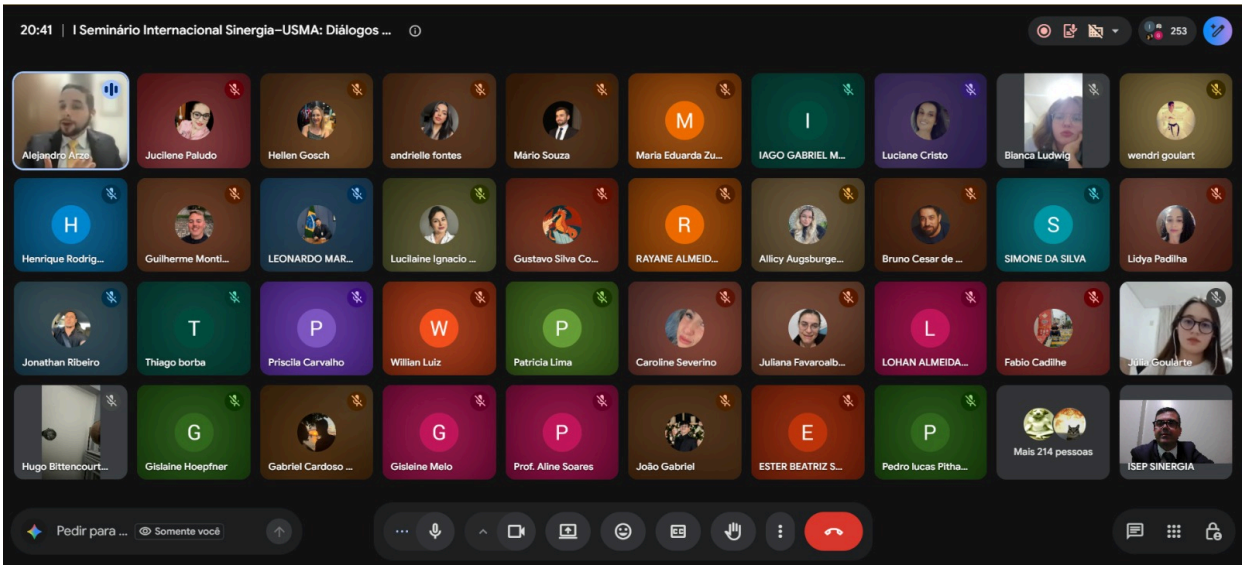
Um aprendizado dessa organização está na relação entre amplitude temática e possibilidade de interlocução. Reunir diferentes áreas pode favorecer a identificação de interesses quando os assuntos se aproximam da formação do público. Nesta edição, as perguntas e as avaliações favoráveis oferecem razões para preservar a articulação entre questões profissionais e debate acadêmico. Em outra

programação, essa escolha precisará considerar o repertório dos estudantes e o tempo disponível para contextualizar cada tema.

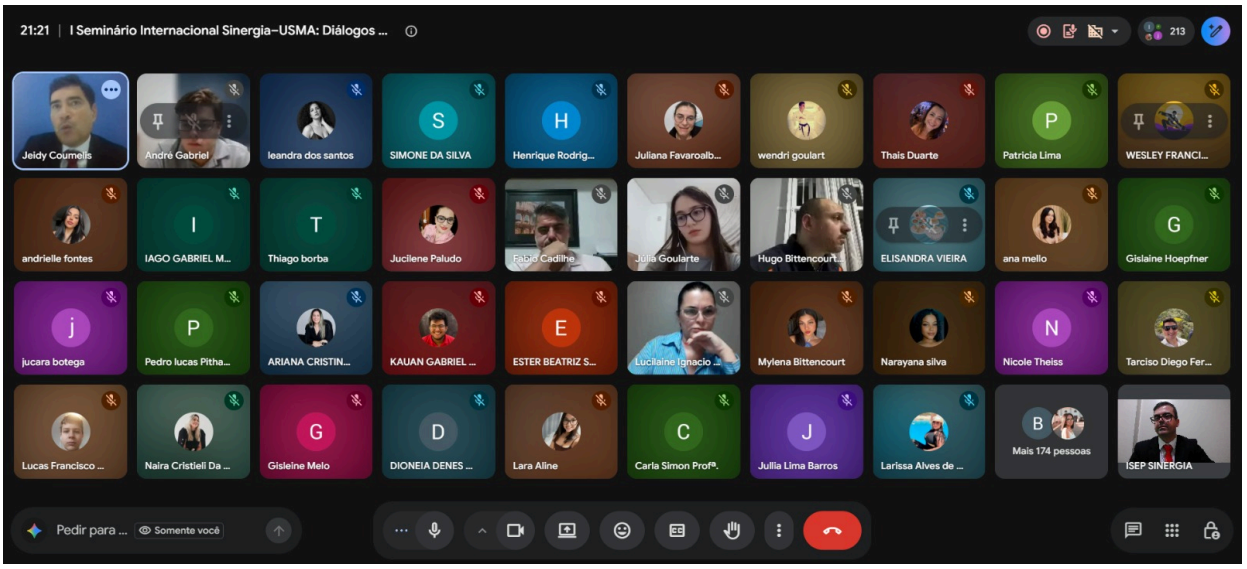
3.2. Participação e Recepção da Experiência

A presença expressiva foi um dos êxitos mais visíveis do seminário. As capturas reunidas na Figura 1 documentaram 253 participantes na sala às 20h41 do primeiro dia e 213 às 21h21 do segundo, no horário exibido nos registros. São contagens de momentos específicos, que podem incluir estudantes, professores e integrantes da organização. Elas permitem dimensionar a audiência observada, sem estabelecer o total de pessoas distintas que acompanharam os dois encontros. As listas de presença, por sua vez, reuniram 207 preenchimentos no primeiro dia e 216 no segundo, além de uma justificativa referente ao primeiro encontro (Cabral Neto, 2026c).

Figura 1. Registros da participação na sala virtual nos dois dias do I Seminário Internacional Sinergia–USMA



(a) Primeiro encontro, 14 de outubro de 2026



(b) Segundo encontro, 15 de outubro de 2026

Fonte: registros do evento reunidos em Cabral Neto (2026c).

Os registros indicam uma capacidade expressiva de mobilização para uma primeira edição. A sala virtual ofereceu uma oportunidade de encontro entre as comunidades acadêmicas em torno de temas jurídicos. Para o Curso de Direito, essa participação dá materialidade à proposta de aproximação internacional; para a parceria, demonstra que houve uma atividade compartilhada com audiência expressiva. O interesse dessa constatação reside na realização documentada e no estímulo que ela oferece ao planejamento de novas ações. Essa leitura considera as contagens nos momentos registrados, sem pressupor uma estimativa de público único que os documentos não fornecem.

Nos 132 formulários de avaliação, 119 indicaram vínculo com a Sinergia e 13 com a USMA. Quanto à participação declarada, 123 informaram acompanhamento dos dois dias, sete apenas do segundo e dois apenas do primeiro. A composição da base recomenda interpretar seus resultados como retorno recebido de um grupo predominantemente vinculado à instituição brasileira. A Tabela 1 reúne indicadores que permitem observar a recepção geral,

a contribuição percebida, a interação e o interesse em novas atividades, preservando as categorias utilizadas em cada pergunta (Cabral Neto, 2026a).

Tabela 1. Indicadores selecionados da avaliação do seminário (n = 132)

Indicador e categoria considerada	**n**	**%**
Avaliação geral — notas 4 ou 5	126	95,5
Contribuição percebida ao conhecimento jurídico e à perspectiva internacional — notas 4 ou 5	121	91,7
Experiência de interação acadêmica — notas 4 ou 5	126	95,5
Qualidade e relevância dos temas — “Excelente”	122	92,4
Qualidade das exposições — “Excelente”	122	92,4
Organização e comunicação — “Excelente”	119	90,2
Formato virtual — “Excelente”	117	88,6
Espaço para perguntas e interação — “Excelente”	121	91,7
Interesse em novas atividades — “Sim, certamente” ou “Provavelmente sim”	123	93,2

Fonte: elaboração a partir da base de avaliação do seminário (Cabral Neto, 2026a).

Nota: percentuais calculados sobre 132 registros. As categorias variam conforme a pergunta; “Excelente” corresponde à alternativa textual registrada, sem conversão em nota numérica.

A avaliação geral recebeu a nota 5 em 111 registros, correspondentes a 84,1% da base. Somadas as 15 respostas com nota 4, chega-se ao resultado favorável apresentado na tabela. A qualidade dos temas e a das exposições foram classificadas como excelentes em 122 registros cada. Esses retornos reconhecem aspectos centrais da proposta: a pertinência do conteúdo, a contribuição dos convidados e a experiência de encontro acadêmico. Em conjunto, os resultados sustentam um balanço positivo desta edição e justificam valorizar o trabalho coletivo que a tornou possível.

Os comentários ajudam a compreender o que foi apreciado. Aparecem manifestações sobre conhecer outras perspectivas, compartilhar conhecimentos, aproximar comunidades e relacionar questões jurídicas de diferentes países. A leitura integral também mostrou respostas breves de elogio, que expressam satisfação sem detalhar seus motivos. Por isso, a interpretação combinou os resultados fechados com a leitura integral dos comentários, distinguindo elogios genéricos de manifestações sobre aspectos específicos da experiência. Essa combinação permite reconhecer o êxito da recepção e identificar aspectos específicos que podem ser preservados ou aprofundados.

Uma recepção favorável constitui um resultado relevante para uma atividade inaugural, sobretudo quando acompanhada de interesse em novas ações. Seu significado pedagógico ganha precisão ao distinguir a avaliação da experiência de uma demonstração de aprendizagem: os formulários registram percepções e intenções, sem comparação de desempenho anterior e posterior. Também não permitem estender as proporções a todos os presentes. Dentro desse alcance, os dados são consistentes com a realização de uma

iniciativa bem recebida, que ofereceu contato internacional e suscitou expectativas de continuidade.

Para a atuação docente do organizador, a principal contribuição dessa leitura consiste no reconhecimento da avaliação como parte da relação com os participantes. Os resultados ajudam a compreender o que valorizam e quais condições esperam encontrar para se envolver em novas atividades. A presença de perguntas abertas foi particularmente útil: permitiu que os próprios participantes indicassem aspectos que desejavam preservar e mudanças que consideravam pertinentes.

3.3. O Encontro Entre Perspectivas Jurídicas e o Papel da Mediação

A contribuição percebida para os conhecimentos jurídicos e a perspectiva internacional recebeu notas 4 ou 5 em 121 registros. Esse resultado se torna mais informativo quando acompanhado da formulação de um dos comentários: “Poder aprender sobre diversos temas y definiciones jurídicas y poder comparar las jurisdicciones panameña y brasileña.” (A013). A resposta associa a experiência a conhecimentos e possibilidades de comparação. Ela indica um sentido atribuído ao encontro por quem o avaliou, sem permitir concluir que houve domínio sistemático dos dois ordenamentos ou desenvolvimento mensurado de competência comparativa (Cabral Neto, 2026a).

Na análise do seminário, o contato com outra realidade jurídica apresenta valor formativo ao estimular perguntas sobre conceitos e práticas já conhecidos. As questões dirigidas a Daisy Chacón e Alejandro Arze, por exemplo, aproximaram organização empresarial,

contratação pública e proteção de interesses. Os debates com Augusto Ho e Gilberto Adames permitiram examinar problemas que também atravessam a vida acadêmica e as relações de trabalho. A diversidade dos assuntos favoreceu pontos de entrada para estudantes com diferentes interesses, enquanto a moderação procurou manter uma interlocução compreensível entre essas referências.

O relato de Papa (2025, p. 192, 195–198), sobre uma experiência virtual com estudantes de Direito da Croácia e da Alemanha, oferece uma aproximação pertinente. A atividade reuniu 42 estudantes em uma sessão de 90 minutos, precedida de preparação e acompanhada de tarefas em grupos internacionais. O estudo identifica interesse na comunicação jurídica e no contato com diferenças entre os contextos educacionais. Seu desenho difere do seminário Sinergia–USMA, mas permite considerar o papel de atividades preparatórias e de pequenos grupos em futuras oportunidades de interação.

Essa comparação ajuda a formular uma possibilidade concreta para a parceria: além de acompanhar exposições, os estudantes poderiam elaborar perguntas ou pequenas análises de situações previamente definidas pelos professores. A proposta deriva da combinação entre o interesse demonstrado nas avaliações e o reconhecimento de que a participação pode assumir formatos diversos. Sua adoção dependeria de preparação conjunta, tempo e apoio linguístico. Trata-se de um desenvolvimento possível para outra edição; a experiência aqui relatada forneceu as palestras e os momentos de debate que tornam essa discussão pertinente.

O papel da mediação merece atenção própria. Durante os encontros, o organizador atuou na condução da interlocução e das

perguntas. A análise dessa atuação permite compreender a moderação como trabalho docente: acompanhar o assunto, reconhecer o alcance da questão apresentada e favorecer a comunicação entre quem expõe e quem procura compreender. Em uma atividade internacional, esse trabalho inclui atenção ao contexto em que expressões e exemplos adquirem sentido. A pergunta sobre uma situação empresarial ou administrativa pode exigir explicações que um público local presumiria conhecer.

Essa reflexão não atribui à moderação a capacidade de resolver, sozinha, as diferenças de formação e proficiência. Ela permite identificar uma responsabilidade organizacional concreta: oferecer condições para que as questões circulem e para que o público encontre referências ao longo da exposição. A inclusão de sínteses breves, termos essenciais previamente compartilhados e questões orientadoras é uma proposta decorrente dessa leitura. Para funcionar, esses recursos precisam ser combinados com os expositores e ajustados ao tempo disponível, preservando o conteúdo e o espaço de participação.

O pedido de mais debate também qualifica a avaliação favorável da interação. Um registro apontou: “Como aspeto a melhorar, seria útil prever mais tempo para o debate e perguntas do público no final das sessões.” (A116). A manifestação evidencia uma expectativa de ampliar a interlocução, compatível com o reconhecimento do espaço já oferecido. Essa sugestão pode ser compreendida como uma indicação de interesse em aprofundar os assuntos. Ela recomenda examinar a distribuição do tempo e reservar períodos de discussão que possam ser percebidos como parte central da programação, desde seu planejamento.

A organização dessas oportunidades precisa considerar o tamanho da audiência e os recursos humanos disponíveis. Um encontro com centenas de conexões apresenta condições distintas das de uma turma em trabalho colaborativo. Para outra edição, a escolha pode combinar momentos amplos de exposição com oportunidades de interlocução mais delimitadas, desde que existam tempo e equipe para acompanhá-las. O interesse em perguntar, documentado nas avaliações, oferece um ponto de partida para discutir esse desenho com a USMA.

3.4. A Compreensão Linguística Como Condição de Participação

A convivência entre português e espanhol integrou a identidade do seminário. O projeto previa exposições em espanhol e auxílio da moderação à interlocução, sem tradução simultânea (Cabral Neto, 2026b). Na avaliação, 71 registros indicaram que a realização nos dois idiomas facilitou muito a experiência internacional e 28 apontaram facilitação parcial, totalizando 75,0% da base. Ao mesmo tempo, 25 respostas assinalaram dificuldade parcial de compreensão e seis, muita dificuldade; duas consideraram o aspecto indiferente. A coexistência desses retornos mostra que o contato linguístico foi valorizado e vivido de formas diferentes.

Uma manifestação torna essa diferença especialmente clara: “Eu não entendo espanhol, então tive muita dificuldade em compreender a matéria que estava sendo passada” (A076). Outros comentários solicitaram ritmo de fala mais lento, legendas e acesso aos slides. Também houve referência favorável à possibilidade de utilizar tradução, enquanto algumas respostas relataram dificuldades para acionar ou acompanhar recursos de apoio. Esses relatos descrevem experiências individuais; a documentação não

permite atribuir a todos os participantes as mesmas condições técnicas de acesso ou identificar uma falha única da plataforma (Cabral Neto, 2026a).

Zilberberg Oviedo e Krimphove (2022, p. 11–15) analisaram perspectivas de gestores de dez instituições brasileiras sobre intercâmbios virtuais. O estudo relaciona a ampliação de oportunidades internacionais a desafios de proficiência linguística, conectividade e apoio à realização das atividades. O foco em percepções institucionais difere da avaliação deste seminário, mas ajuda a situar as dificuldades registradas em uma discussão mais ampla sobre condições de participação. A possibilidade de estar conectado precisa ser acompanhada de recursos que favoreçam a compreensão e o envolvimento acadêmico.

As diferenças de compreensão registradas na avaliação constituem um aprendizado relevante para a organização de novas atividades. A proximidade entre português e espanhol não dispensa planejamento para diferentes níveis de familiaridade com o idioma e com a linguagem jurídica. O interesse pelo encontro pode coexistir com dificuldade para acompanhar uma explicação. Reconhecer essa situação permite ampliar o alcance pedagógico da parceria: os estudantes que desejam participar precisam encontrar formas de retomar conceitos, esclarecer termos e formular suas perguntas. A boa recepção da atividade torna esse investimento especialmente relevante, pois existe disposição manifesta para novas experiências.

Finardi e Guimarães (2018, p. 35, 44–45), ao discutirem um projeto extensionista relacionado a línguas e internacionalização, ressaltam a articulação entre ações linguísticas, acesso à informação e planejamento institucional. Essa contribuição reforça a pertinência

de preparar os apoios junto com o conteúdo acadêmico. No caso Sinergia–USMA, recomenda-se que uma próxima edição considere orientação prévia sobre os recursos disponíveis, pactuação de um ritmo de exposição acessível e momentos de síntese em português e espanhol. A viabilidade de cada medida deverá ser examinada com as instituições e os convidados.

A disponibilização de materiais pode contribuir para esse cuidado. Slides, indicação de leituras e pequenos glossários oferecem meios de antecipar vocabulário e retomar pontos que não tenham sido compreendidos durante a fala. O planejamento precisa definir quais materiais poderão ser compartilhados, em que momento e com qual autorização dos responsáveis. Essa proposta responde às manifestações recebidas e amplia as possibilidades de estudo após o encontro. Sua utilidade será maior se os materiais estiverem relacionados às questões que orientam a atividade, com extensão adequada ao público.

A experiência também sugere uma forma mais precisa de acompanhar esse aspecto em avaliações futuras. Pode-se distinguir a contribuição do contato com outro idioma para a experiência internacional da facilidade de compreender cada exposição e da utilização dos recursos de apoio. Essas dimensões aparecem reunidas no retorno desta edição e merecem atenção própria no planejamento. O objetivo é produzir informações úteis para decidir quais apoios oferecer. Para iniciativas semelhantes, a aplicação desse aprendizado exige conhecer os idiomas envolvidos, as características do público e as possibilidades reais da plataforma e da equipe.

3.5. Continuidade e Reciprocidade na Parceria

O interesse em novas atividades foi um dos resultados mais expressivos da avaliação. Das 132 respostas, 102 indicaram “Sim, certamente” e 21, “Provavelmente sim”, totalizando 123 manifestações favoráveis, ou 93,2%. Cinco assinalaram “Talvez”, uma registrou “Provavelmente não” e três responderam “Não”. Essa distribuição oferece um incentivo concreto para apresentar às instituições propostas de continuidade. Ela expressa disposição declarada, que deverá ser acompanhada pelas condições de participação e pela pertinência das próximas atividades (Cabral Neto, 2026a).

As sugestões de temas permitem dar conteúdo a essa disposição. Entre os 56 registros com propostas temáticas, apareceram Direito Penal e Segurança Pública, direitos humanos e sociais, migração, relações internacionais, questões constitucionais, direitos das mulheres, inteligência artificial, proteção de dados, Direito do Trabalho e Direito Ambiental. A variedade indica interesses que atravessam diferentes campos da formação. Seu uso no planejamento requer seleção e articulação, de modo que cada encontro tenha um foco compreensível e preserve tempo para a troca. As manifestações constituem subsídios para uma pauta conjunta, sem formar uma hierarquia representativa de toda a audiência.

Um comentário sintetizou outra possibilidade: “Más expositores de Brasil” (A130). A sugestão é breve, mas pertinente para o desenvolvimento da parceria. Nesta primeira edição, os quatro palestrantes eram vinculados à USMA; ampliar a participação de professores brasileiros pode favorecer a circulação de questões e experiências nos dois sentidos. O pedido oferece uma oportunidade para discutir com a instituição parceira quais temas brasileiros

despertam interesse em sua comunidade e quais formas de apresentação poderiam sustentar uma interlocução mais recíproca.

A reciprocidade pode orientar tanto a escolha de convidados quanto a formulação das perguntas. Uma próxima programação poderia reunir professores dos dois países em torno de um problema comum, preservando o tempo necessário para situar os respectivos contextos. Também seria possível construir uma pauta a partir de questões enviadas por estudantes das duas instituições. São propostas decorrentes da experiência e das avaliações, cuja realização depende de acordo e preparação. Elas ajudam a transformar o desejo de continuidade em possibilidades que podem ser examinadas academicamente e organizadas de maneira viável.

Essa orientação dialoga com a ênfase de Beelen e Jones (2015, p. 69) na intencionalidade da dimensão internacional nos ambientes de aprendizagem. A continuidade ganha sentido quando os objetivos dos encontros se relacionam às necessidades formativas dos estudantes. No caso do Curso de Direito, propõe-se que os temas possam ser retomados em atividades de ensino, com questões para discussão e indicação de leituras. A parceria oferece uma referência para esse trabalho; a integração ao planejamento docente exigirá decisões específicas dos responsáveis pelas disciplinas e pelas ações institucionais.

Para a Sinergia, o seminário representa uma experiência inicial documentada de organização internacional no Curso de Direito, com participação expressiva e retorno favorável. Para a USMA, constituiu um espaço de apresentação da experiência de seus professores e de interlocução com a comunidade acadêmica brasileira. Para ambas, produziu registros e sugestões que permitem

discutir uma nova agenda. Esses resultados estão no alcance da realização observada. Sua consolidação institucional dependerá da continuidade do diálogo, da definição de responsabilidades e de condições para desenvolver as propostas que venham a ser acordadas.

A dimensão extensionista também merece continuidade na reflexão. A Resolução CNE/CES nº 7/2018 situa a extensão na articulação entre ensino, pesquisa e interação com a sociedade; inclui eventos entre suas modalidades e vincula sua caracterização ao envolvimento de comunidades externas e à formação discente (Brasil, 2018, art. 3º, 7º e 8º). O projeto previu participação de egressos, profissionais e demais interessados, além do público acadêmico.

Para próximas ações, recomenda-se planejar formas proporcionais de conhecer a composição do público e de acolher perguntas oriundas da prática profissional e de demandas sociais. Isso poderá qualificar a relação entre os objetivos extensionistas, a escolha dos temas e o público efetivamente alcançado. O diálogo com a sociedade pode orientar tanto a escolha dos problemas a discutir quanto a maneira de compartilhar os conhecimentos produzidos. Essa possibilidade exige planejamento específico; os resultados desta edição permitem analisar principalmente a aproximação acadêmica e a recepção dos encontros.

Na trajetória acadêmica do organizador, a experiência passou a constituir uma referência de organização de eventos que reúne preparação, mediação e escuta. O retorno recebido oferece motivos para valorizar o caminho iniciado e para estabelecer prioridades realistas: favorecer a compreensão entre idiomas, reservar tempo de

debate, combinar materiais e ampliar a participação brasileira nas exposições. Essas prioridades são compatíveis com a continuidade de um seminário e podem anteceder formatos mais complexos de cooperação. O aprendizado está em construir o próximo passo a partir da realização concreta e do interesse demonstrado pelas comunidades envolvidas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O I Seminário Internacional Sinergia–USMA: Diálogos Jurídicos Brasil–Panamá constituiu uma realização significativa para o Curso de Direito da Faculdade Sinergia, para o LIDE e para a cooperação com a USMA. Os dois encontros deram expressão à parceria por meio de quatro exposições, interlocução em português e espanhol e participação expressiva na sala virtual. A avaliação recebida sustenta um balanço positivo: houve reconhecimento dos temas, das apresentações e da experiência de contato acadêmico, acompanhado de interesse em novas atividades. Esses resultados permitem valorizar a edição inaugural e fundamentam a proposição de continuidade.

Em resposta à pergunta do artigo, a experiência indica que uma iniciativa internacional de curta duração pode oferecer oportunidades relevantes de aproximação acadêmica quando há temas pertinentes, participação dos docentes e espaço de interlocução. A organização e a moderação integram essa proposta formativa, pois contribuem para relacionar conteúdos e perguntas. As avaliações acrescentaram um aprendizado decisivo: a qualidade percebida do encontro e as necessidades de apoio podem coexistir. Planejar a compreensão linguística, o acesso a materiais e o tempo

de debate permite responder às expectativas de quem deseja aprofundar a experiência.

A contribuição deste relato está na articulação entre uma realização institucional concreta e os elementos que podem orientar outras iniciativas. A presença de professores parceiros tornou possível o contato com questões apresentadas a partir de outro contexto jurídico; as manifestações recebidas mostraram o valor atribuído a essa oportunidade e indicaram condições para ampliá-la. Esses aprendizados são situados. Sua aplicação depende do público, dos idiomas, do formato e dos recursos de cada instituição. Os resultados descrevem recepção e contribuição percebida, sem demonstrar mudanças de aprendizagem, competências interculturais ou efeitos duradouros que exigiriam outro acompanhamento.

O seminário marcou a primeira experiência do autor na organização de um evento internacional e a primeira realização dessa natureza no Curso de Direito da Faculdade Sinergia, oferecendo uma referência concreta para sua atuação acadêmica. A análise do percurso permite reconhecer a importância de transformar a intenção de cooperação em oportunidades de encontro e de escutar os participantes após sua realização. O retorno favorável constitui reconhecimento ao trabalho desenvolvido e à contribuição dos professores convidados. As sugestões recebidas oferecem uma direção para aperfeiçoar o que foi iniciado, preservando a qualidade dos temas e ampliando as possibilidades de participação.

A parceria entre Sinergia e USMA encontra nesta experiência razões para continuar sendo construída de forma recíproca. Uma agenda definida em diálogo, com participação de professores das duas

instituições e atenção às demandas dos estudantes, pode dar continuidade à aproximação realizada. Compartilhar conhecimentos jurídicos entre países requer compreender contextos, acolher perguntas e criar condições de comunicação. Foi esse caminho que o seminário abriu. Seu êxito oferece às instituições uma base concreta para ampliar oportunidades de formação jurídica e desenvolver, em conjunto, uma educação comprometida com o diálogo para além das fronteiras nacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEELEN, Jos; JONES, Elspeth. Redefining Internationalization at Home. In: CURAJ, Adrian; MATEI, Liviu; PRICOPIE, Remus; SALMI, Jamil; SCOTT, Peter (ed.). **The European Higher Education Area:** Between Critical Reflections and Future Policies. Cham: Springer, 2015. p. 59–72. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-319-20877-0_5. Acesso em: 24 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014–2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 49–50, 19 dez. 2018. Disponível em: https://ufal.br/ufal/extensao/documentos/documentos-diversos/diretrizes_nacionais_extensao_rces007_18.pdf. Acesso em: 24 out. 2026.

CABRAL NETO, Cirino Adolfo (org.). **Avaliação – I Seminário Internacional Brasil–Panamá.** Navegantes: Faculdade Sinergia,

2026a. Planilha de respostas e síntese de resultados, 132 registros. Documento de acesso restrito, acervo do organizador.

CABRAL NETO, Cirino Adolfo. **Direito sem Fronteiras – I Seminário Internacional Sinergia–USMA: Diálogos Jurídicos Brasil–Panamá.** Navegantes: Faculdade Sinergia, 2026b. Projeto de extensão apresentado à Coordenação do Curso de Direito. Acervo do organizador.

CABRAL NETO, Cirino Adolfo. **Relatório final do Projeto LIDE: I Seminário Internacional Sinergia e USMA: Diálogos Jurídicos Brasil–Panamá.** Navegantes: Faculdade Sinergia, 22 out. 2026c. Documento institucional. Acervo do organizador.

DALTRO, Mônica Ramos; FARIA, Anna Amélia de. Relato de experiência: uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia,** Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 223–237, 2019. DOI: https://doi.org/10.12957/epp.2019.43015. Acesso em: 24 out. 2026.

FINARDI, Kyria Rebeca; GUIMARÃES, Felipe Furtado. Construindo cidadania por meio da língua e da internacionalização. **Revista Guará,** Vitória, v. 5, n. 8, p. 35–46, 2018. DOI: https://doi.org/10.30712/guara.v5i8.15324. Acesso em: 24 out. 2026.

HACKETT, Simone; DAWSON, Mark; JANSSEN, Jeroen; VAN TARTWIJK, Jan. Defining Collaborative Online International Learning (COIL) and Distinguishing it from Virtual Exchange. **TechTrends,** [S. l.], v. 68, p. 1078–1094, 2024. DOI: https://doi.org/10.1007/s11528-024-01000-w. Acesso em: 24 out. 2026.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de

relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional,** Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60–77, 2021. DOI: https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010. Acesso em: 24 out. 2026.

PAPA, Dubravka. Virtual exchange as a synthesis of theoretical approaches and empirical insights: a case study in the context of languages for specific purposes in higher education. **Metodički vidici (Methodical Perspectives),** Novi Sad, v. 16, n. 1, p. 183–204, 2025. DOI: https://doi.org/10.19090/MV.2025.16.1.183-204. Acesso em: 24 out. 2026.

ZILBERBERG OVIEDO, Lourdes Evangelina; KRIMPHOVE, Jan. Virtual exchange contributions to the development of intercultural competence: a Brazilian higher education institutions' perspective. **Revista Actualidades Investigativas en Educación,** [S. l.], v. 22, n. 1, p. 1–23, 2022. DOI: https://doi.org/10.15517/aie.v22i1.47481. Acesso em: 24 out. 2026.

---

[1] Pós-Doutor em Direito Constitucional junto ao Departamento de Direito Constitucional, Ciência Política e da Administração da Universidade de Valência – Espanha. Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad del Museo Social Argentino – UMSA - Argentina. Doutorando em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI (CAPES 6). Mestre no Programa de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Graduado em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Advogado inscrito na OAB/SC sob nº 25.073. Professor do Curso de Direito na Faculdade Sinergia Sistema de Ensino – Santa Catarina. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail. Lattes: http://lattes.cnpq.br/9920647404719862.